

## **JUSTIFICATIVA DA REVOGAÇÃO DO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 03/2026.**

A **EMPRESA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - EMSURB**, pessoa jurídica de direito privado, instituída pelas Leis nº. 1.659/90 e nº. 1.668/90, com alterações introduzidas pela Lei nº. 4.421/13, inscrita no C.N.P.J. sob o nº. 32.805.400/0001-60, Inscrição Municipal nº. 043027-0, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 135 – Ponto Novo, CEP 049097-210 – Aracaju/SE, doravante denominada apenas **EMSURB**, neste ato representada pelo **Sr. HUGO ESOJ DOS SANTOS**, inscrito no CPF nº 028.\*\*\*.\*\*\*-82 e no R.G nº 3.\*\*\*.\*\*\*-1 SSP/SE, vem apresentar as razões de justificativa para **REVOGAR** o pregão supracitado, pelos motivos expostos a seguir:

### **I – DO OBJETO:**

Contratação de empresa para a **Operação de Área de Recebimento e Beneficiamento (Triagem e Reciclagem) dos Resíduos da Construção e Demolição (RCD/Entulho) e Resíduos Volumosos**, coletados no Município de Aracaju/SE

### **II – DA CONVENIÊNCIA ADMINISTRATIVA E DO INTERESSE PÚBLICO**

A revogação de licitação, nos termos do art. 40 da Lei nº 13.303/2016 e do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, é medida discricionária da Administração, fundada em **razões de interesse público**, podendo ser adotada sempre que fatos supervenientes ou revisões do planejamento demonstrem ser mais vantajoso para o erário e para a coletividade promover nova licitação com condições mais adequadas.

No presente caso, a revogação se fundamenta na convicção de que a publicação de novo edital, com Termo de Referência revisado e aprimorado, resultará em **contratação tecnicamente mais robusta, economicamente mais vantajosa** e operacionalmente mais eficiente para o Município de Aracaju, em benefício direto da população usuária dos serviços de limpeza urbana.

A decisão de revogar o certame decorre, exclusivamente, de **juízo de conveniência e oportunidade** da Administração, fundado na identificação de oportunidade de aprimoramento do planejamento da contratação, o que constitui prerrogativa legítima e irrenunciável do Poder Público, nos exatos termos da legislação vigente.

Ressalta-se que a revogação não implica reconhecimento de qualquer vício ou ilegalidade no certame revogado, tampouco confere à impugnante ou a qualquer terceiro direito subjetivo à contratação ou à indenização, nos termos do art. 40, § 1º, da Lei nº 13.303/2016.

### **III – DA FUNDAMENTAÇÃO:**

Considerando o princípio da eficiência que determina que o administrador escolha, dentre as diversas possíveis soluções, a mais eficiente e, ainda, em respeito ao princípio da razoabilidade que é um dos alicerces do direito administrativo que impõe que as decisões administrativas devem ser reflexos do bom senso e sejam dotadas de razão, somos pela revogação do Pregão Eletrônico nº

03/2026, conforme previsão do art. 62 da Lei 13.303/2016, que constitui a forma adequada de desfazer o procedimento da referida licitação, tendo em vista a superveniência de razões de interesse público.

Desta forma, a Administração Pública não pode se desvencilhar dos princípios que regem a sua atuação, principalmente no campo das contratações públicas, onde se deve buscar sempre a satisfação do interesse coletivo, obedecendo aos princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal.

A aplicação da revogação fica reservada, portanto, para os casos em que a Administração, pela razão que for, perder o interesse no prosseguimento da licitação ou na celebração do contrato. Trata-se de expediente apto, então, a viabilizar o desfazimento da licitação e a suspensão da celebração de um futuro contrato com base em critérios de conveniência e oportunidade.

Acerca do assunto, o artigo 62 “caput” da Lei 13.303/2016, in verbis, preceitua que:

*“Art. 62. Além das hipóteses previstas no § 3º do art. 57 desta Lei e no inciso II do § 2º do art. 75 desta Lei, **quem dispuser de competência para homologação do resultado poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado.**”*

#### IV – DOS EFEITOS DA REVOGAÇÃO E DAS PROVIDÊNCIAS SUBSEQUENTES:

A presente revogação produz os seguintes efeitos imediatos:

- **Cancelamento da sessão pública** designada para o dia 25 de fevereiro de 2026 no sistema [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br);
- **Devolução das propostas** eventualmente já encaminhadas, que serão consideradas sem efeito, preservado o sigilo das informações;
- **Comunicação** do presente ato a todos os interessados cadastrados no sistema eletrônico de licitações, com publicação no Diário Oficial do Município de Aracaju;
- **Arquivamento do processo administrativo** nº 03/2026, com todas as peças que o integram, para fins de registro e eventual referência na instrução do novo processo licitatório.

A EMSURB se compromete a promover, com a maior brevidade possível a **publicação de um novo certame**, de modo a garantir a continuidade e a qualidade dos serviços de gestão de resíduos sólidos no Município de Aracaju, sem prejuízo da prestação do serviço público à população.

#### **V – DA DECISÃO:**

Ante o exposto, com fundamento nos dispositivos legais indicados e nas razões acima expostas, o **PRESIDENTE DA EMSURB HUGO ESOJ DOS SANTOS, DECIDE PELA REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026**, determinando o cancelamento de todos os atos preparatórios do certame e o arquivamento do respectivo processo administrativo.

Providencie-se a publicação do presente ato no Diário Oficial do Município de Aracaju e a comunicação a todos os interessados cadastrados no sistema eletrônico de licitações.

Aracaju/SE, 23 de Fevereiro de 2026.

---

**HUGO ESOJ DOS SANTOS**  
**PRESIDENTE DA EMSURB**



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B8CA-50F1-8EC1-2C5B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



HUGO ESOJ DOS SANTOS (CPF 028.XXX.XXX-82) em 23/02/2026 11:27:22 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B8CA-50F1-8EC1-2C5B>